

CAMPO DE PÚBLICAS E TERCEIRO SETOR: DIÁLOGOS POSSÍVEIS?

Alex Júnior Costa da Silva
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

O Campo de Públicas é um movimento brasileiro recente, iniciado em 2002, que congrega pesquisadores, profissionais e estudantes da área de administração pública, políticas públicas, gestão pública e gestão social no país. Profissionais deste campo normalmente transitam por organizações do Terceiro Setor. Logo, pesquisar os diálogos possíveis entre este campo e o Terceiro Setor, surge como proposta para aprofundamento da compreensão da dinâmica de entidades como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no contexto brasileiro. O presente trabalho tem como objetivo analisar o alinhamento de propostas entre o movimento do Campo de Pública no Brasil e a produção internacional sobre Terceiro Setor na última década. Através do *software* Atlas Ti 7.0® foram analisados os resumos dos painéis de discussões realizados nas últimas cinco edições das conferências internacionais da *International Society for Third-Sector Research*. Percebeu-se que os fundamentos do Campo de Públicas e a produção internacional sobre Terceiro Setor na última década estão bastante relacionados e, mesmo que indiretamente, os diálogos entre Campo de Públicas e Terceiro Setor, mais do que possíveis, já são uma realidade que deve ser estimulada e aprimorada.

Palavras-Chave: campo de públicas; terceiro setor, ISTR.

RESUMEN

El Campo de Públicas es un movimiento brasileño reciente, iniciado en 2002, que congrega investigadores, profesionales y estudiantes del área de Administración Pública, Políticas Públicas, Gestión Pública y Gestión Social en el país. Profesionales de este campo suelen transitar por organizaciones del Tercer Sector. Luego, investigar los diálogos posibles entre ese campo y el Tercer Sector, surge como una propuesta para profundizarse en la dinámica de entidades como las Organizaciones de la Sociedad Civil de Interese Público en el contexto brasileño. El trabajo objetiva analizar el alineamiento de propuestas entre el movimiento del Campo de Pública en Brasil y la producción internacional sobre el Tercer Sector en la última década. A través del *software* Atlas Ti 7.0®, fueron analizados los resúmenes de los paneles de discusiones realizados en las pasadas cinco ediciones de las conferencias internacionales de la *Sociedad Internacional de Investigación del Tercer Sector*. Se ha notado que los fundamentos del Campo de públicas y la producción internacional sobre el Tercer Sector en la última década están bastante relacionados y, mismo que indirectamente, los diálogos entre Campo de Públicas y Tercer Sector, más que posibles, ya son una realidad que debe ser estimulada y mejorada.

Palabras Claves: campo de públicas; tercer sector, ISTR.

ABSTRACT

Public's Field is a recent Brazilian movement, started in 2002, that brings together researchers, professionals and students of public management, public policy, public management and social management in the country. Professionals in this area normally transit through Third Sector organizations. Thus, searching the possible dialogues between this movement and the Third Sector, comes as a proposal for a deepening understanding of the dynamics of organizations such as the Civil Society Organizations of Public Interest in the Brazilian context. This study aims to analyze the alignment between the proposals of the movement Public's Field in Brazil and the academic international production on the Third Sector in the last decade. The abstracts of the panel discussions held in the last five editions of international conferences of the International Society for Third-Sector Research were

analyzed through the software Atlas Ti 7.0® and the results show that the foundations of the Public's Field and the academic international production on the Third Sector in the last decade are closely related and, even if indirectly, the dialogues between Public's Field and Third Sector, more than possible, are already a reality that should be encouraged and enhanced.

Key-words: public's field; third sector; ISTR.

INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas é um movimento brasileiro recente, iniciado em 2002, que congrega pesquisadores, profissionais e estudantes da área de administração pública, políticas públicas, gestão pública e gestão social no país (Pires, Silva, Fonseca, Vendramini & Coelho, 2014; Silva, 2014) Trata-se de um campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional voltado, principalmente, para o aperfeiçoamento democrático e republicano. Compreende tanto as ações do aparelho do Estado quanto às de outros agentes públicos não governamentais. Profissionais deste campo normalmente transitam por organizações do Terceiro Setor. Logo, pesquisar os diálogos possíveis entre este campo e o Terceiro Setor, surge como proposta para aprofundamento da compreensão da dinâmica de entidades como as OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) no contexto brasileiro. O presente trabalho tem como objetivo analisar o alinhamento de propostas entre o movimento do Campo de Pública no Brasil e a produção internacional sobre Terceiro Setor na última década. Para tal buscar-se-á: a) caracterizar o fenômeno do Campo de Públicas no Brasil; b) apresentar um panorama da produção acadêmica internacional sobre a temática do terceiro setor nos últimos dez anos; e c) identificar as similaridades, diferenças e diálogos possíveis entre os fundamentos do Campo de Públicas e os temas recorrentes na produção acadêmica internacional sobre Terceiro Setor. Tal objetivo busca responder a seguinte questão norteadora: O quão relacionados estão os fundamentos do Campo de Públicas com a produção internacional sobre Terceiro Setor na última década? Para consecução do trabalho será aplicada uma metodologia qualitativa, com fim exploratório, que utilizará como procedimentos técnicos o levantamento bibliográfico e a análise de conteúdo. Os painéis de discussão realizados nas últimas cinco edições das conferências internacionais da *International Society for Third-Sector Research* tiveram os seus resumos analisados através do *software* Atlas Ti 7.0®.

O MOVIMENTO DO CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL¹

¹ Seção adaptada da monografia escrita pelo autor como trabalho de conclusão de curso em sua graduação e disponível no Blog do Campo de Públicas (https://campodepublicas.files.wordpress.com/2015/03/guerreiro-ramos-e-o-ensino-de-administrac3a7c3a3o-pc3bablica-no-brasil_tcc_alex-costa_uff_2014.pdf).

No Brasil, após o movimento de redemocratização experimentado em meados dos anos 80, a Constituição Federal de 1988 e a agenda de Reforma do Estado nos anos 90, percebeu-se um processo de transformação da Administração Pública do país. A dimensão institucional-administrativa sai do enfoque dos processos e se reorienta para o resultado, já a dimensão sociopolítica é orientada por conceitos de governança e controle social (Coelho, 2006). Segundo Silva (2014), a administração pública nacional no pós-95 se transfigura, também, com o crescimento do setor público não-estatal nas políticas públicas e o aumento da interface entre a iniciativa privada e a gestão pública, ampliando seu *locus* para um *continuum* entre Estado, Terceiro Setor e mercado, interconectado pelo interesse público.

Nesse contexto, cria-se um ambiente favorável para o ensino de Administração Pública no Brasil, tanto como formação acadêmica, quanto em capacitação. Entre 1995 e 2006, os cursos de bacharelado nessa área cresceram cerca de 70% no país. Esse crescimento do número de cursos de graduação em Administração Pública foi propiciada pelo macroambiente favorável à gestão pública, a qual se revigora como práxis (campo profissional) e como objeto de estudo (campo de especulação teórica) no bojo das transformações do Estado brasileiro (Coelho, 2006).

Os eventos experimentados pelo país nos décadas de 80 e 90 fomentaram as discussões sobre a um campo de estudo e pesquisa dessa nova conjuntura do espaço público, constituído por diversos tipos de atores: das organizações estatais à sociedade civil, passando pelas instituições públicas de direito privado; das políticas públicas governamentais aos serviços públicos prestados por um vasto espectro de organizações não governamentais; da gestão das atividades meio às operações finalísticas, das organizações que exercem funções públicas. Formou-se assim um novo campo de estudos, o chamado Campo de Públicas:

Entende-se por Campo de Públicas o campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas [ANEPCP], 2015).

O Campo de Públicas é considerado uma rede aberta e horizontal de indivíduos da academia, professores e estudantes, que, segundo Pires *et al.* (2014), se esforçam político e

academicamente para diferenciar os objetos e objetivos de cursos de graduação focados na gestão pública daqueles voltados para a administração de empresas.

2002 é considerado o ano de nascimento do movimento pelo reconhecimento do Campo de Públicas no Brasil, que primeiramente focava a autonomia dos cursos de Administração Pública em relação à área da Administração de Empresas, já que a primeira, em muitos casos, era vista apenas como uma subárea da segunda, mas que depois buscou aglutinar os diversos cursos da área de “públicas” na busca por uma identidade própria nos sistemas de regulação e avaliação educacionais. A subordinação ao campo da Administração Geral começou a ser questionada por ser claramente inadequada pra Administração Pública e o seu desenvolvimento como área acadêmica/profissional. O II Encontro Nacional sobre Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração (realizado no dia 13 de junho de 2012 em Brasília) e o I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (Eneap), realizado no início do mês de agosto de 2002 em Araraquara, são considerados eventos embrionários para o futuro do Campo de Públicas: no primeiro a manifestação de um docente contra a equiparação dos cursos de Administração Pública e Administração Empresas e, no segundo, a reunião de cerca de 150 discentes em volta do tema.

Em 2005 mais uma vez a manifestação de uma docente chamou a atenção da comunidade acadêmica para o fato de que no Brasil existia uma lei federal (nº 4.769, de 09 de setembro de 1965) que fixava que o exercício da profissão do então Técnico de Administração era privativa dos “bacharéis em administração pública ou de empresas”. Com esse argumento, o Conselho Federal de Administração (CFA) e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad) emitiram, após o encontro, em setembro de 2005, um Comunicado Nacional, reconhecendo que ficava definida a existência, exclusivamente, das denominações de “Curso de Administração” e de “Curso de Administração Pública”, este último fundamentado na própria origem dos cursos de Administração no Brasil. Em maio de 2006, no Diário Oficial da União do dia 17 estabeleceu-se a distinção entre o Bacharelado em Administração e o Bacharelado em Administração Pública, um “marco regulatório” importante para o fortalecimento do Campo de Públicas.

O Campo de Públicas foi se estruturando como um movimento em torno dos Eneaps, reforçado pelos Fóruns de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas (FP3CP). Desde o primeiro Eneap em 2002 o evento ganhou cada vez maior notoriedade entre os alunos da área, com edições anuais.

Em 2007 os FP3CP começaram a acontecer, com os intuitos de: construir uma filosofia explícita e clara nesse ensino; produzir referências bibliográficas adequadas às várias realidades; e ensejar vínculos com o setor público.

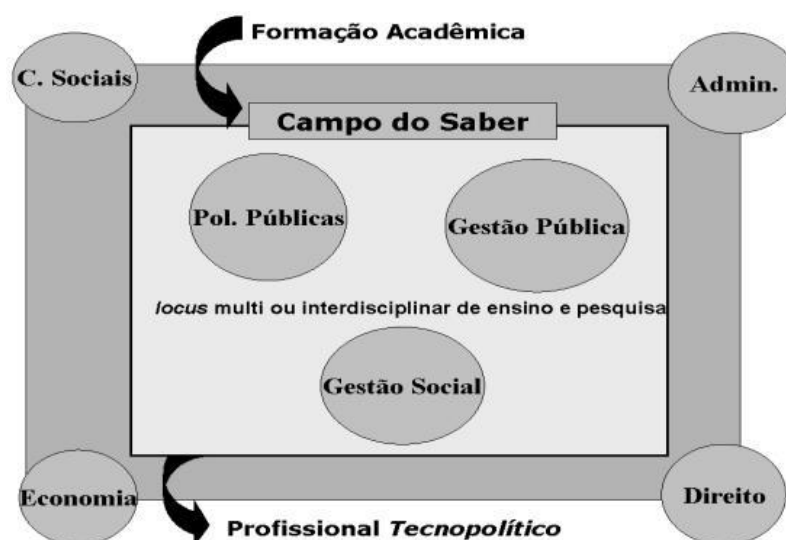
Já em novembro de 2009 foi realizada uma reunião no Conselho Nacional de Educação (CNE) com um grupo de professores de cursos de Administração Pública e que escreveu uma primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a graduação em Administração Pública no país. Assim, foi redigido em abril de 2013, numa audiência pública, o parecer CNE/CES (Câmara de Educação Superior) nº 266/10, que trata da deliberação dessas diretrizes e que foi homologado em 2013.

O IX Eneap, realizado em 2010 em Balneário Camboriú (SC), merece destaque, pois resultou na Carta de Balneário Camboriú, a “certidão de nascimento” do Campo de Públicas (V. Pires, comunicação pessoal, 01 de junho de 2014). Nela foram esboçadas as bases que passaram a sustentar os cursos do Campo de Públicas e reforçaram a demanda por diretrizes próprias para a área.

A Carta de Balneário Camboriú serviu de elemento catalisador para a disseminação do movimento junto às instâncias reguladoras da Educação Superior, como o CNE e o MEC, bem como à mídia, no intuito de dar ampla divulgação à sociedade da busca por legitimidade aos profissionais com potencial de atuarem na área pública (Pires *et al.*, 2014, p. 115).

A carta indica a natureza multidisciplinar do campo, a formação calcada no *ethos* republicano e democrático e o respeito à pluralidade das propostas pedagógicas dos diversos cursos da área, entre outros princípios. Reivindicou-se também a rapidez na tramitação das DCNs do Campo de Públicas. Para ilustrar a multidisciplinaridade do campo, foi proposto o seguinte esquema:

Figura 1: Diagrama Ilustrativo do Campo de Públicas



Fonte: Carta de Balneário Camboriú (2010)

A carta também indica que nenhuma das áreas de conhecimento (Ciências Sociais, Administração, Economia e Direito) que concorrem para formar o campo de saber de “públicas” pode, sozinha, assegurar a formação de qualidade que aqui se preconiza. Decorre, também, que o exercício profissional dos egressos dos cursos de “públicas” deve ser amparado pela qualidade da formação obtida e certificada pelas Instituições de Ensino Superior, independentemente das instituições de regulamentação profissional a que venham se filiar/registrar.

O passo seguinte foi a formalização do reconhecimento do campo consubstanciada pela homologação do texto das DCNs (parecer CNE/CES nº 266/10) pelo Ministro da Educação no dia 19 de dezembro de 2013, “resultado de grande mobilização dos atores envolvidos em busca, não só da legitimidade frente aos órgãos reguladores do ensino superior, mas também de respeitabilidade acadêmico-profissional como área autônoma, caracterizada por uma multidisciplinaridade que incluiu diversas áreas do conhecimento” (Pires *et al.*, 2014, p 117).

Em 2015 foi criada a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, sem vínculo político-partidário ou religioso e que tem, entre as suas finalidades: i) Apoiar, aperfeiçoar, estimular e realizar estudos que contribuam para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão universitária nos cursos do Campo de Públicas; ii) Atuar em prol da disseminação de conhecimentos, metodologias e técnicas que melhorem o desempenho dos governos e instituições públicas e, ao mesmo tempo, contribuam para a

inclusão democrática e republicana, gerando benefícios coletivos; iii) Contribuir com a atuação de organizações da sociedade no aprimoramento das políticas públicas e dos serviços públicos; entre outros. Entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2015 será realizado em Brasília, no Distrito Federal, o I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Com o tema *Democracia e República: desafios governamentais e da esfera pública no séc. XXI*, o evento tem como objetivo reunir, discutir e divulgar a produção científica, bem como propiciar o intercâmbio entre professores, pesquisadores, estudantes, profissionais, organizações governamentais e não governamentais.

Pires *et al.* (2014) destaca que além da institucionalização do Campo de Públicas no que se refere ao ensino de graduação, os atores do Campo de Públicas foram se articulando e debatendo seus temas em eventos e periódicos científicos, sobretudo após os anos 2000, num esforço contínuo do grupo nos últimos anos.

O objetivo de todo esse movimento não se esgota com a “independência” acadêmica, mas sim na busca por um Campo de Públicas em sentido mais amplo: professores, pesquisadores, estudantes, egressos dos cursos, gestores públicos, e estudantes e professores (de graduação e pós-graduação), entidades de formação de agentes públicos, escolas de governo, escolas de parlamento, que formem um “caldo de cultura” e desenvolvam redes entre si que tenham como finalidade o *ethos* republicano (V. Pires, comunicação pessoal, 01 de junho de 2014).

Entende-se que o Campo pode “viabilizar um tipo de interlocução entre a academia, governos e sociedade com vistas à sinergia de ações simultaneamente qualificadoras dos fazeres formativos e das atividades pertinentes à oferta de políticas e serviços públicos” (Pires *et al.*, 2014, p. 124).

Pires *et al.* (2014) indica que o crescimento no número de cursos de graduação no Campo de Públicas revela um aumento do número de professores e estudantes, ou seja, se constitui uma “massa crítica” que fomenta a discussão sobre a necessidade de se construir uma área de conhecimento multidisciplinar, a partir da qual foi possível emergir o Campo de Públicas. Esse crescimento propiciou um cenário no qual foi possível aglutinar uma gama de atores para a eclosão desta nova área. Uma análise qualitativa desse processo revela o avanço da heterogeneidade de denominações dos cursos e a natureza diversa de seus projetos pedagógicos, indica a importância da “unidade na diversidade”.

TERCEIRO SETOR E AS OCIPS

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES] (2001), entende-se que,

[...] o Terceiro Setor constitui-se na **esfera de atuação pública não-estatal**, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do **bem comum**. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos (grifos nossos).

Segundo Falconer (1999), “mais do que um conceito rigoroso ou um modelo solidamente fundamentado em teoria - organizacional, política ou sociológica - terceiro setor, no Brasil, é uma ideia-força, um espaço mobilizador de reflexão, de recursos e, sobretudo, de ação”. Já para Cabral (2007), citado por Lacerda (2014),

A designação Terceiro Setor aplica-se ao conjunto de iniciativas e organizações privadas, baseadas no trabalho associativo e voluntário, cuja orientação é determinada por valores expressos em uma missão e com atuação voltada ao atendimento de necessidades humanas, filantropia, direitos e garantias sociais. Essas iniciativas e organizações relacionam-se com o Estado por meio de regulamentação particular, explícita, formal ou informalmente aceita e respondem por iniciativas privadas, em áreas nas quais o Estado atua, por políticas públicas. Grupos sociais apresentam essas ações para a abordagem de questões relativas à solidariedade e cooperação, ao papel da comunidade e da família e à responsabilização social por problemas econômicos, culturais, educacionais, de meio ambiente, de saúde e de assistência. Suas missões abordam e interpretam, privadamente, demandas sociais em um espaço de atuação que, tornando-se público, diferencia-se do espaço do Estado.

No Brasil, “seja como consequência da crise do Estado, seja como resultado da pressão exercida pela sociedade civil num contexto de democratização, a relação do Estado com a sociedade civil vem sendo modificada em forma e conteúdo” (Peci, Figale, Oliveira, Barragat & Souza, 2008). Tal relação tem se estruturado principalmente em formas de parcerias entre Estado e sociedade. Um dos meios institucionalizados para tal são as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

De acordo com o site Alfa Brasil (<http://alfabrasil.org.br/oscip>),

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou **OSCIP** é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas.

As OSCIPs integram um modelo político que entende que o Estado deve se responsabilizar apenas pela gerência e controle das políticas públicas e não pela sua execução de fato. Tais políticas serão executadas, entre outros atores, pelas OSCIPs, constituídas e qualificadas como tal, através de um desmembramento de parte do próprio poder público na criação de parcerias (Gohn, 2004).

As OSCIPs são reguladas pela lei 9.790, de 23 março de 1999, e que as qualifica como organizações de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham, entre outras, finalidades como:

- a) promoção da assistência social;
- b) promoção gratuita da educação,
- c) promoção gratuita da saúde,
- d) promoção do voluntariado;
- e) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, e etc.

Para Carvalho Filho (2012), as OSCIPs podem cooperar com o Poder Público de três maneiras:

1. Através da execução direta de projetos, programas e planos de ação;
2. Pela entrega de recursos humanos, físicos ou financeiros; e
3. Pela prestação de atividades de apoio a outras entidades sem fins lucrativos.

A parceria entre Estado e sociedade civil é entendida como núcleo central na busca de objetivos de interesses comuns e benéficos à coletividade. Gohn (2004) entende as OSCIPs como exemplo de um “novo modelo de gestão pública”. Segundo o Ministério da Justiça (2015), existem atualmente 6.919 entidades qualificadas como OSCIPs no Brasil.

THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD-SECTOR RESEARCH

Fundada em 1992 e sediada na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, a International Society for Third-Sector Research (ISTR), é uma associação internacional que busca promover pesquisa e educação em temáticas como sociedade civil, filantropia e o setor sem fins lucrativos. Em sua página na internet, a entidade se declara como “an organization committed to building a global community of scholars and interested others dedicated to the creation, discussion, and advancement of knowledge pertaining to the Third Sector and its impact on human and planetary well-being and development internationally” (<http://www.istr.org/>, recuperado em 20 de junho, 2015).

A ISTR tem como objetivo “promote the development of high quality research and education internationally on Third Sector related issues, theories, and policies; and to enhance the dissemination and application of knowledge about the Third Sector as widely as possible throughout the world”. Já a sua missão é aumentar, compartilhar e aplicar o conhecimento sobre o Terceiro Setor em todos os países do mundo.

A associação busca: i) promover o desenvolvimento de pesquisas de alta qualidade e educação internacional em questões relacionadas ao Terceiro Setor; 2) melhorar a divulgação e aplicação de conhecimento sobre o Terceiro Setor amplamente em todo o mundo; 3) estimular e facilitar as iniciativas de pesquisas colaborativas; 4) ampliar a participação de pesquisadores em todas as partes do mundo e em diversas disciplinas; 5) permitir que os estudiosos e educadores possam acompanhar as mudanças rápidas no terceiro setor e estarem cientes das melhores práticas e pesquisas disponíveis; 6) facilitar redes de pesquisas regionais que promovam as capacidades individuais e institucionais para a pesquisa, educação e aplicação prática sobre Terceiro Setor.

A ISTR realiza conferências internacionais bianuais, tendo a primeira acontecido em Pécs, na Hungria, com o tema “Towards the Year 2000: ISTR Inaugural Conference”. Entre os dias 4 e 7 de julho daquele ano, mais de 265 pessoas, entre estudiosos e profissionais do Terceiro Setor, vindos de 51 países, se reuniram na Janus Pannonius University (Wagner, 1994). A segunda conferência aconteceu na Cidade do México, capital do México, em 1996, reunindo mais de 275 participantes, vindos de 50 países, tendo cerca de 50 sessões temáticas paralelas e 150 trabalhos individuais entregues. Em 1998 a conferência foi sediada na Université de Genève, em Genebra, Suíça. Nesse ano foram cerca de 400 participantes, vindo de 65 países, com 176 trabalhos, 9 painéis, e 3 sessões plenárias e 22 pôsteres expostos. A Trinity College sediou a quarta edição do evento em 2000, na cidade de Dublin, na Irlanda. 61 países foram representados com cerca de 550 participantes. Em 2002 a conferência aconteceu na África do Sul, especificamente na Cidade do Cabo, com o tema “Transforming Civil Society, Citizenship, and Governance: The Third Sector in an Era of Global (Dis) Order”, o evento contou com a participação de aproximadamente 340 pessoas. Foram 43 trabalhos e 18 pôsteres exibidos durante o evento. A Ryerson University e a York University que ficam em Toronto, no Canadá, sediaram a sexta edição da conferência em 2004. Nesse ano foram cerca de 415 participantes de 52 países. O programa dessa edição contava com 68 trabalhos e 38 pôsteres. Em 2006 a conferência foi realizada na capital da Tailândia, Bangucoque, com o tema “Civil Society and Human Security: Raum Jai”. A 8ª edição da conferência internacional foi realizada em 2008 na cidade espanhola Barcelona e contou com 601 participantes, vindos

de 61 países. Nesse ano, a programação apresentava 125 trabalhos e 13 pôsteres. A Kadir Has University, de Istambul, Turquia, recebeu entre os dias 7 e 10 de julho de 2010 participantes vindos de 69 países para a 9ª edição internacional da conferência, que contou com 145 trabalhos e 16 pôsteres. Realizada na cidade de Siena, na Itália, com o tema “Democratization, Marketization, and the Third Sector”, a conferência de 2012 recebeu cerca de 600 pessoas, vindas de 68 países. A última conferência realizada aconteceu na cidade de Münster, na Alemanha em 2014. 550 pessoas de 62 países participaram da 11ª edição do evento. A próxima conferência está marcada para acontecer entre os dias 28 de junho e 1º de julho de 2016, na Ersta Skondal University College, sediada na cidade de Estocolmo, na Suécia e terá como temática “The Third Sector in Transition: Accountability, Transparency, and Social Innovation”.

A ISTR também conta com 4 *regional networks*: Africa, Asia Pacific, European e Latin America Caribbean, que promovem eventos regionais sobre a temática do terceiro setor. Esses grupos se concentram em suas regiões e nos desafios específicos que cada uma enfrenta.

Segundo Bosnjak (2004), a ISTR “is the major international membership organization promoting global ideas of civil society and philanthropy”. Para Elson (2002) citado por Bosnjak (2004), “associations are no longer forced to operate on information islands with little communication exchange, since the ISTR has opened up a dialogue for scholars and practitioners who benefit from one another on an international basis”.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com fim exploratório, que segundo Gil (2008, p. 27), é aquele que tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Utilizaram-se como procedimentos técnicos o levantamento bibliográfico e a análise de conteúdo. Para Berelson (1952) citado por Gil (2008), a análise de conteúdo é uma “técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Foram coletados no site da ISTR os resumos dos 123 painéis de discussão das últimas cinco edições das conferências internacionais realizadas pela instituição: Muenster em 2014, Siena em 2012, Istambul em 2010, Barcelona em 2008 e Bangkok em 2006. Optou-se pelos

resumos dos painéis por motivo de conveniência. O recorte temporal buscou cobrir uma faixa de 10 anos. Os resumos selecionados foram analisados através do *software* Atlas Ti 7.0®.

Segundo Walter e Bach (2009), “o software Atlas.ti consiste em uma ferramenta para a análise de dados qualitativos que pode facilitar o gerenciamento e a interpretação dos mesmos”. O programa auxilia no gerenciamento e análise de documentos como textos, relatórios, documentos, áudios, imagens e vídeos.

ANÁLISE DOS RESUMOS

Para realização da análise dos resumos, o primeiro passo realizado foi a identificação dos conceitos-chave que formam a proposta do movimento do Campo de Públicas no Brasil. Foram selecionadas três definições do termo “Campo de Públicas” apresentados pela literatura:

Campo de Públicas é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o **aperfeiçoamento democrático e republicano**. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor **inovações sociais** e promover processos que contribuam para o **aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil** na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais - sobretudo as organizações da sociedade civil (Pires, Vainer & Fonseca, 2012, grifo nosso).

Campo de Públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes dos cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e **questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas**, em uma **renovada perspectiva republicana** ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do **desenvolvimento socioeconômico sustentável**, em contexto de **aprofundamento da democracia** (PIRES *et al.*, 2014, grifo nosso).

Entende-se por Campo de Públicas o campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a **consolidação democrática**. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor **inovações sociais** e promover processos que contribuam para o **fortalecimento**

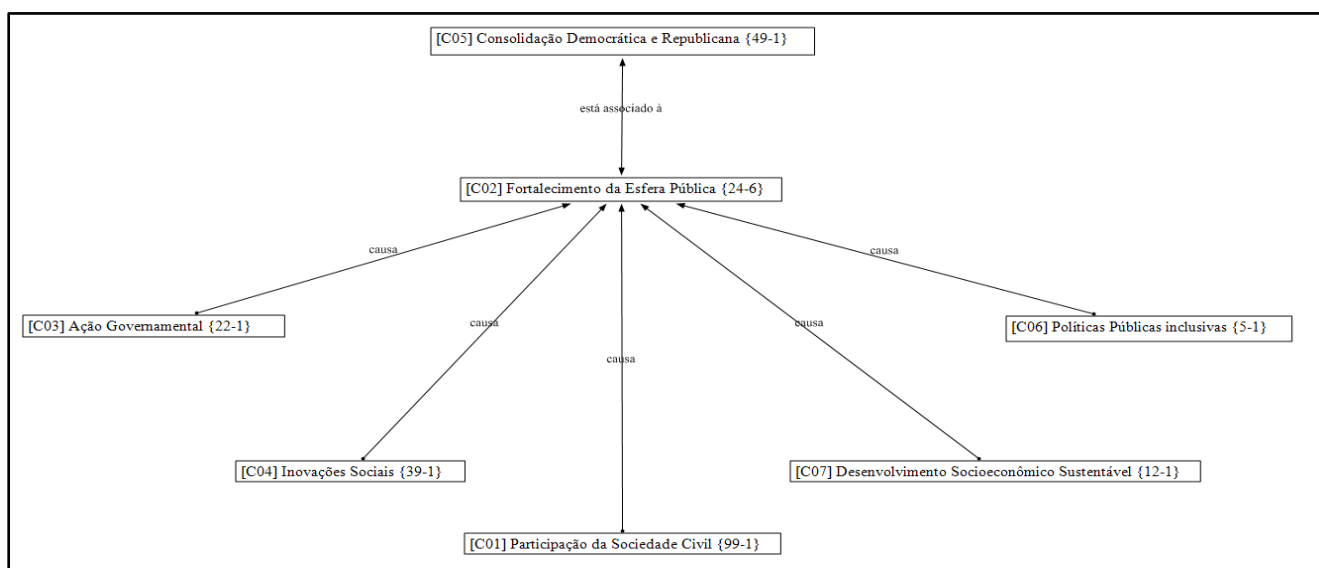
da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (ANEPCP, 2015, grifo nosso).

A partir dessas definições, foram identificadas sete expressões-chaves (em negrito):

1. Participação Sociedade Civil
2. Fortalecimento da Esfera Pública
3. Ação Governamental
4. Inovações Sociais
5. Consolidação Democrática e Republicana
6. Políticas Públicas Inclusivas
7. Desenvolvimento Socioeconômico e Sustentável

Através da análise dessas definições, identificou-se o código 5 (Consolidação Democrática e Republicana) como objetivo finalístico do Campo de Públicas. O código 2 (Fortalecimento da Esfera Pública) está fortemente associado a esse primeiro. Os códigos 1, 3, 4, 6 e 7 (Participação da Sociedade Civil, Ação Governamental, Inovações Sociais, Políticas Públicas Inclusivas e Desenvolvimento Socioeconômico e Sustentável, respectivamente) podem ser consideradas causas que levarão ao código 2 e, conseqüentemente, ao código 5. A figura 2 apresenta graficamente essas relações.

Figura 2: Mapa Conceitual das Definições do Campo de Públicas



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos conceitos chaves identificados, foram criados no *software* Atlas Ti. 7.0® sete *codes* (códigos). Durante a leitura dos resumos dos 123 painéis analisados, foi

empreendido um esforço de identificação de trechos (*quotations*) que apresentavam relação semântica direta ou indireta com os códigos criados através de um processo *top-down* (or deductive), ou seja, quando “all necessary concepts [are] already at hand” (Friese, 2014). Foram identificados nos resumos 250 trechos apresentavam tal relação.

O código *Participação da Sociedade Civil* foi o que mais foi identificado, somando 99 trechos. Os trechos abaixo exemplificam esses achados:

While democratic citizenship is considered a vital correlate of democratization and the rule of law, its western-oriented literature rarely studies whether and how democratic citizenship can emerge in the context of a weak state and a largely clientelistic political system (P44: From Clients to Citizens? Citizenship and Democratization in Weak States, Siena 2012).

Research on citizen participation and voluntary action mainly looks at adolescents and adults – and tends to overlook an important age group that forms the bridge between them, namely university students (P22: Student Volunteering in Fifteen Countries: Strengthening Civil Society?, Barcelona 2008).

The status of civil society and civic engagements are of central theoretical and contemporary political concern. In an age of globalization and localization, they are doubly so. Today the civil society arena is faced with various types of challenges presented by the dynamic interplay of the discourses and practices of nation-stated-based political and social projects and those of transnational structures and processes on the one hand; and the interactions of the expanding, homogenizing, and hegemonizing nature of globalization and the shrinking, heterogenizing, and defying character of localization on the other hand (P123: The Impact of Global Civil Society on Local Practices: The Case of Turkey, Istanbul 2010)

La posibilidad de mayor o menor inclusión y representatividad de las decisiones públicas es dependiente del mayor o menor grado de participación de la sociedad civil y la ciudadanía en dichos procesos de decisión, y la participación, a su vez, es fuertemente condicionada por la posibilidad efectiva que tienen los ciudadanos de informarse sobre los procesos sociales, sobre los criterios que orientan las decisiones y sobre las acciones llevadas a cabo por los agentes estatales (P77: Citizen Participation and the Right to the City: experiences from the Latin American Network for Just, Democratic and Sustainable Cities, Muenster 2014).

Percebeu-se que a temática da *Participação da Sociedade Civil* esteve presente nos painéis das cinco edições do evento de maneira bastante significativa. Vale ressaltar que em 2014, a conferência realizada em Muenster, na Alemanha, teve como tema “*Civil Society and the Citizen*” e em 30, dos 38 painéis realizados, a temática foi identificada de maneira direta.

O código *Consolidação Democrática e Republicana* foi identificado em 49 trechos.

Indeed, the third sector has been presented as a privileged site for the socialization and practice of active citizenship, because it facilitates participation, democracy,

associationalism and social capital (Cohen and Rogers, 1995; Hirst, 1994; Putnam, 2000; Warren, 2001). The third sector promises a space for autonomous action that is independent of both the state and the market. Following the writings of Tocqueville (2003), third sector organizations are deemed to be ‘schools for democracy’ (P43: Facilitating active citizenship: what role for the third sector?, Siena 2012).

The voluntary associations are not only ‘schools for democracy’ for their members, but are also supposed to contribute as such to a civilised and democratic society, embodying pluralism and forming a countervailing power for the state (P25: The civiness of the third sector, Barcelona, 2008).

The proposed panel will analyze whether members of organizations devoted to the very poor in two Latin American countries, are able to assume active participation in the management and leadership of these organizations, to counter dependency and promote democratic governance (P120: Representation and Contestation, Istanbul, 2010).

Além da relevância do tema, o grande número de painéis relacionados a essa temática pode ser explicado ao fato de que a conferência realizada em 2012 teve como tema “*Democratization Marketization and the Thid Sector*”.

O código *Inovações Sociais* foi identificado 39 vezes. Os trechos abaixo exemplificam 2 desses achados:

Social innovation is becoming a priority for an increasing number of academics, policy-makers, and practitioners. In many cases, innovation in services offers the opportunity to balance the demands of cutting public expenditure with better delivery of services that aim to reduce social exclusion (P53: Welfare Innovations at the Local Level: Intermediate conclusions from the WILCO project, Siena 2012).

Social innovation as a remedy for current societal problems has moved at the top of the agenda of policy makers and policy experts in Europe and worldwide. By and large, it is assumed that an innovative entrepreneurial spirit makes things happen. Social entrepreneurs start a new initiative by turning dreams into nonprofit organizations that are capable of providing help and support more efficiently and effectively than previous providers or arrangements. Hence social innovations, put into practice to a large extent through NPOs and their entrepreneurs, are key drivers of change. (P85: Survival of the fittest? Social innovations and urban governance, Muenster 2014).

Em 24 trechos dos resumos analisados foi identificada relação com o código *Fortalecimento da Esfera Pública*.

Al entender el llamado Tercer Sector como formado por todas las iniciativas privadas sino públicas, destinadas a promover la expansión de la ciudadanía y ampliación de la esfera pública social, parece claro que, en sí mismo, las organizaciones no gubernamentales, movimientos sociales y otros organismos de la sociedad civil, practiquen lo que se ha denominado Gestión Social. (P45: Gestión Social como un paradigma emergente en la América Latina y posibilidad de expandir la Esfera Pública, Siena 2012).

Las principales teorías utilizadas para analizar la incidencia de el Nossa BH en la construcción del "derecho a la ciudad" a través de la ampliación de la participación popular se relacionan con la discusión de la esfera pública, la democracia participativa y las relaciones intersectoriales, basándose en el trabajo realizado principalmente por Jeffrey Alexander, David Lewis, Boaventura de Sousa Santos y Leonardo Avritzer (P77: Citizen Participation and the Right to the City: experiences from the Latin American Network for Just, Democratic and Sustainable Cities, Muenster 2014).

Durante a leitura dos resumos foram identificados 22 trechos que apresentavam relação com o código “*Ação Governamental*”.

Each presentation will highlight the specific and often unique ways in which social enterprise is currently contributing to poverty reduction and social inclusion in the different regions. The current role of government in relation to sustaining and developing this third sector practice will also be discussed (P 6: The Global Emergence of Social Enterprise: A Response to Poverty and Diminished Governance?, Bangkok 2006).

While overlooked in civil society research literature, governments themselves are conducting mapping projects (Appe, 2011). Not only administrative tools for data collection, mappings by government have profound consequences on the development of the third sector as they are also instruments for social and political coordination. Indeed, mapping civil society and the third sector legitimizes some nonprofit organizations and delegitimizes others. Do government efforts to organize and coordinate the third sector through mapping hinder or foster what we understand as social innovation, i.e., “new ideas (products, service and models) that simultaneously meet social needs and create new social relationships or collaboration” (Murry, Caulier-Grice & Mulgan, 2010, p. 3)? (P71: Tools for Social Innovation? Comparative perspectives to fostering social entrepreneurship and the social economy, Siena 2012).

É importante salientar, que na grande maioria dos casos observados, a ação do governo aparece mais como uma expectativa sobre a instituição e execução de leis e regulamentos sobre o Terceiro Setor, do que uma ação propriamente dita. Percebe-se que o governo é entendido mais como um meio para o desenvolvimento do Terceiro Setor, do que um parceiro de ação.

O código *Desenvolvimento Socioeconômico e Sustentável*, um dos que menos foi identificado, aparece 12 vezes durante a leitura dos resumos.

In a world where government resources and charitable donations are inadequate to address the world’s social issues, the tools and techniques of the financial world can be an alternative way to structure models which develop investment strategies that may combine innovation and sustainability and integrating consistently grant and investments to generate a value both economically and socially (P42: Ethic Finance and Social Innovation, Siena 2012).

La Economía Solidaria, aunque tiene antecedentes de siglos, es una alternativa que organizaciones de la sociedad civil y movimientos sociales han ido recreando en los últimos años y que tiene como tesis centrales: el que la actividad económica esté al servicio de la satisfacción de las necesidades y anhelos legítimos de los diversos sectores de la sociedad en términos de equidad y sustentabilidad y no del lucro desmedido, la exclusión social y el deterioro ambiental (P9: Tiers secteur et développement durable. Nouvelles frontières pour la recherche, Barcelona 2008).

O sétimo e último código, *Políticas Públicas Inclusivas*, foi o que menos apareceu, tendo sido identificado apenas 5 vezes durante a leitura dos resumos. O trecho abaixo exemplifica um desses poucos achados:

The purpose of this panel is two-fold: first to think about the potential of third sector organizations as “change makers” empowering women in a globalized world, and second to suggest how women empowered by third sector organizations contribute to creating sustainable and democratic society (P10: Empowerment of women in a globalized world?, Barcelona 2008).

É importante salientar que nos casos em que é identificado, esse código está sempre relacionado à luta por direitos ou empoderamento de um grupo bastante específica.

Durante a leitura dos resumos, foram identificados diversas vezes trechos que faziam referência a mais de um dos códigos. O trecho abaixo exemplifica um caso no qual identificou-se tanto a presença de ideias relacionadas à *Participação da Sociedade Civil*, quanto à *Consolidação Democrática e Republicana*:

Each socio-political context structures and is structured by the ways in which the decision making process is organized and carried out around key issues related to social life and public interest. Thus the question of democratization is considered a core topic interest when thinking about urban development. The core assumption of this work is that local democracy is, at once, a goal and a means for building a more just, inclusive and sustainable society. Wider inclusion and representation of public decisions is dependent on the greater or lesser degree of participation of civil society and citizens in decision processes, and participation is, in turn, strongly influenced by the actual possibility that citizens have to be informed about sociopolitical processes and about the criteria that guide decisions and actions carried out by state agents (P77: Citizen Participation and the Right to the City: experiences from the Latin American Network for Just, Democratic and Sustainable Cities, Muenster 2014).

Mesmo que alguns mais que outros, os códigos criados a partir das expressões-chaves retiradas dos conceitos do Campo de Públicas foram bastante identificados nos resumos desses painéis, o que indica que existe sim um alinhamento, mesmo que não intencional, entre os fundamentos desse movimento e o que vem se produzindo academicamente sobre o

Terceiro Setor em nível internacional na última década. A idéia de *Consolidação Democrática e Republicana*, considerada o objetivo finalístico do Campo de Públicas, mostrou-se bastante presente nos resumos analisados.

A temática da *Participação da Sociedade Civil* foi uma das mais discutidas, com trabalhos indicando desde a importância do engajamento político-social da população na esfera pública até discussões sobre casos de experiências de voluntariado pelo mundo.

CONCLUSÃO

Ao comprometer-se com a consolidação democrática, o movimento do Campo de Públicas se propõe a formar acadêmica, científica e profissionalmente, recursos capazes de transitar entre as mais diversas facetas da esfera pública. Objetiva-se então a geração de conhecimentos, técnicas e inovações sociais que potencializem a estrutura o aparelho do Estado e que fomentem e aprimorem a participação social, principalmente nas relações entre os mais diversos atores, estatais ou não.

Assim, a constituição e institucionalização deste campo multidisciplinar, além de promover discussões sobre aspectos de ensino e pesquisa, também busca atuar no campo dos “fazeres tecnopolíticos”, voltado para questões de interesse público, englobando ações de governo, de movimentos da sociedade civil organizada, onde se encontra o Terceiro Setor. O Campo pode, além de fornecer recursos teórico-científicos para entidades como as OSCIPs, fornecer também profissionais preparados a partir de uma lógica técnica, mas ao mesmo tempo social, que contribuirão para uma gestão cada vez mais efetiva das mesmas.

A ISTR, enquanto uma associação internacional que visa a promoção da pesquisa e educação sobre Terceiro Setor, serve como parâmetro para a análise do que vem se discutindo mundialmente sobre a tema. Após a análise dos resumos dos painéis apresentados em suas últimas cinco conferências internacionais, percebe-se que os fundamentos que estruturam o Campo de Públicas, como a Participação da Sociedade Civil e a Consolidação Democrática e Republicana, por exemplo, estão bastantes presentes na literatura internacional sobre Terceiro Setor.

Conclui-se que os fundamentos do Campo de Públicas e a produção internacional sobre Terceiro Setor na última década estão bastante relacionados e, mesmo que indiretamente, os diálogos entre Campo de Públicas e Terceiro Setor, mais do que possíveis, já são uma realidade que deve ser estimulada e aprimorada.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. (2015). *Estatuto*. Recuperado de <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2015/04/000estatuto-anepcp-versc3a3o-final-aprovada-no-xv-fc3b3rum-ufrn.pdf>.

Friese, S. (2014). *ATLAS.ti 7 User Guide and Reference*. Berlin: ATLAS.ti.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2001). *Terceiro Setor e Desenvolvimento Social*. Gerência de Estudos Setoriais AS/GESET. Relato setorial n.º 3. Recuperado de http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf.

BERELSON, B. (1952). *Communication Research*. Nova Iorque: University Press.

Bosnjack, G. P. (2004). *The International Society for Third-Sector Research*. Recuperado de <http://learningtogive.org/papers/paper196.html>

Cabral, E. H. S. (2007). *Terceiro Setor: gestão e controle social*. São Paulo: Saraiva.

Carta de Balneário Camboriú. (2010). Recuperado de http://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal_camboriufimagostovpf.pdf

Carvalho Filho, J. S. (2012). *Manual de Direito Administrativo* (25. ed). São Paulo: Atlas.

Coelho, F. S. (2006). *Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público: Um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil*. Tese de Doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Elson, P. R. (2002). *Non-Profit Voluntary Sector Research*. http://www.nvsn.org/english/issues/sector_research.htm.

Falconer, A. P. (1999). *A promessa do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Constituição do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão*. São Paulo: USP.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gohn, M. G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 20-31. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000200003&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-12902004000200003.

International Society for Third-Sector Research. (1996). Mexico City Conference A Sucess. *Inside ISTR*. 4(2). Recuperado de <http://www.istr.org/?page=Mexico>.

International Society for Third-Sector Research. (1998). *The Contribution of the Third Sector to Social, Economic and Political Change* (Relatório), Geneva. Recuperado de http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/geneva/geneva_report.pdf.

International Society for Third-Sector Research. (2000). *Fourth International Conference in Dublin — A Huge Success!* (Relatório), Dublin. Recuperado de http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/dublin/dublin_report.pdf.

International Society for Third-Sector Research. (2002). *6th International Conference in Toronto* (Relatório), Toronto. Recuperado de http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/toronto/toronto_report.pdf.

International Society for Third-Sector Research. (2008). *Conference Report* (Relatório), Barcelona. Recuperado de http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/barcelona/barcelona_confreport.pdf.

International Society for Third-Sector Research. (2010). 9th International Conference of ISTR. *Inside ISTR*. 18(3). Recuperado de http://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/inside_istr/insideistr_vol3_2010.pdf.

International Society for Third-Sector Research. (2012). *Democratization, Marketization, and the Third Sector*, Siena. Recuperado de <http://www.istr.org/?page=Siena>.

International Society for Third-Sector Research. (2014). *11th International Conference of ISTR* (Relatório), Muenster. Recuperado de <https://istr.site-ym.com/?MuensterReport>.

Lacerda, L. C. P. (2014). *A atuação do Terceiro Setor no Brasil: ampliação dos direitos sociais ou satisfação às exigências do capital?*. Monografia de graduação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, Brasil.

Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. (1999). Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm.

Peci, A., Figale, J., Oliveira, F., Barragat, A., & Souza, C. (2008). Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 42(6), 1137-1162. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-1220080006000006&lng=en&lng=pt. 10.1590/S0034-761220080006000006.

Pires, V.; Vainer, C.; Fonseca, S. A. (2012). *Uma definição do “Campo de Públicas”*. Grupo de Discussão Google Campo de Públicas. Recuperado de <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/defincampodepc3bablicas.pdf>.

Pires, V; Silva, S. A. M; Vendramini, P. & Coelho, F. S. (2014). Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*. 6 (3), p. 110-126.

Silva, A. J. C. (2014). *Guerreiro Ramos e o Ensino de Administração Pública no Brasil: A presença do autor nos Projetos Pedagógicos dos Cursos do Campo de Públicas*. Monografia de graduação, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, Brasil.

Vendramini, P. (2013). *Ensino de administração pública e o desenvolvimento de competências: a construção do curso de Administração Pública da Esag-Udesc*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

Wagner, A. (1994). Towards the year 2000: ISTR Inaugural Conference. *Inside ISTR*. 2(2). Recuperado de <http://www.istr.org/?page=Pecs>.

Walter, S. A. & Bach, T. M. (2009). Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: Inovando o processo de análise de conteúdo por meio do Atlas.ti. *Anais do Seminário de Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 12.